

A construção do conhecimento na academia

Gilberto José Miranda

Michele Polline Veríssimo

ALINE BARBOSA DE MIRANDA

Resumo:

O presente trabalho se propõe a realizar uma revisão do processo de construção do conhecimento científico no âmbito acadêmico. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, tendo como referência alguns dos principais autores que abordam o tema. Para alcance desta proposta, buscou-se apresentar brevemente a evolução do conhecimento ao longo da história da humanidade; refletir criticamente sobre conceitos peculiares ao conhecimento científico; destacar a relevância do ensino de metodologia científica enquanto forma de instrumentalizar o discente para a pesquisa; e apresentar as principais partes de um projeto de pesquisa científica. As principais constatações do trabalho remetem à importância da pesquisa na formação do profissional de todas as áreas do conhecimento, inclusive na formação de contadores. Isso se deve, sobretudo, à própria dinâmica da sociedade contemporânea, que requer um profissional que deixe de apenas reproduzir o conhecimento pronto e acabado e passe a analisar criticamente, aperfeiçoar e/ou produzir conhecimentos específicos na área que escolheu para se profissionalizar, bem como para atuar.

Área temática: *Ensino e Pesquisa na Gestão de Custos*

A construção do conhecimento na academia

Gilberto José Miranda (UFU) – gilberto@pontal.ufu.br

Michele Polline Veríssimo (UFU) – michele@pontal.ufu.br

Aline Barbosa de Miranda (UFU) – alinebarbosas@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho se propõe a realizar uma revisão do processo de construção do conhecimento científico no âmbito acadêmico. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, tendo como referência alguns dos principais autores que abordam o tema. Para alcance desta proposta, buscou-se apresentar brevemente a evolução do conhecimento ao longo da história da humanidade; refletir criticamente sobre conceitos peculiares ao conhecimento científico; destacar a relevância do ensino de metodologia científica enquanto forma de instrumentalizar o discente para a pesquisa; e apresentar as principais partes de um projeto de pesquisa científica. As principais constatações do trabalho remetem à importância da pesquisa na formação do profissional de todas as áreas do conhecimento, inclusive na formação de contadores. Isso se deve, sobretudo, à própria dinâmica da sociedade contemporânea, que requer um profissional que deixe de apenas reproduzir o conhecimento pronto e acabado e passe a analisar criticamente, aperfeiçoar e/ou produzir conhecimentos específicos na área que escolheu para se profissionalizar, bem como para atuar.

Palavras-chave: Ciência. Pesquisa. Contabilidade.

Área Temática: Ensino e Pesquisa na Gestão de Custos

1 Introdução

Ao longo do processo de desenvolvimento humano, as pessoas demandam e recebem informações sobre o mundo que as circunda. Geralmente, busca-se aquilo que já é conhecido, como se o atual estado de conhecimento servisse para fornecer regras às quais as pessoas deveriam seguir. Este pensamento, muitas vezes, leva as pessoas a acreditarem que o conhecimento já está pronto e acabado, restando a elas, somente, ir atrás dele e absorvê-lo.

No entanto, algumas dúvidas permanecem sem respostas, e algumas das informações sistematizadas são superadas. O que era verdade, ontem, pode não ser hoje, e as verdades de hoje podem não ser as mesmas de amanhã. Quando compreendemos o sentido da ciência, verificamos que todos nós podemos participar da construção do conhecimento, agindo como sujeitos ativos desse processo, mesmo que seja apenas como um “tijolinho” no grande acervo de conhecimentos da humanidade.

Neste trabalho, propõe-se uma revisão do processo de construção do conhecimento científico no âmbito acadêmico. O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, tendo como referência os principais autores que abordam o conhecimento científico, notadamente no âmbito das Ciências Contábeis. Para alcance desta proposta, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: apresentar, de forma sucinta, a evolução do conhecimento; refletir sobre a construção do conhecimento científico; destacar a relevância do ensino de metodologia científica na academia; e apresentar as principais partes de um projeto de pesquisa científica.

A partir dos propósitos acima definidos, o presente estudo pretende contribuir com a formação de alunos de graduação, na medida em que chama a atenção para a importância da

pesquisa na formação do profissional. Sabe-se que a graduação é um período no qual o indivíduo deixa de simplesmente estudar conhecimentos produzidos ao longo da evolução da humanidade, para dedicar-se a analisar, aperfeiçoar e/ou produzir conhecimentos específicos na área que escolheu para se profissionalizar, bem como atuar.

Os cursos de Ciências Contábeis, no que concerne à produção científica, apresentam sérias fragilidades, pois, tradicionalmente, são voltados para atender às necessidades profissionais do mercado. Nesse sentido, pouca energia tem sido direcionada para a pesquisa. Isso se torna evidente quando se analisa a quantidade de cursos *strictu sensu* em contabilidade, no Brasil. O número desses cursos reconhecidos pela CAPES é bastante reduzido. São apenas dois programas de doutorado (USP e UNB), aguardando, o último, ainda, a homologação pelo Conselho Nacional de Educação, e 13 programas de mestrado (UNB, UFRJ, UNISINOS, UERJ, PUC/SP, USP, USP/RP, FURB, UFPR, UFSC, UniFECAP, FUCAPE e UFC), sendo os dois últimos em nível de mestrados profissionais (CAPES, 2006).

2 A construção do conhecimento

Um olhar relâmpago sobre a história da humanidade permite constatar, na natureza humana, o desejo incessante de progredir, de buscar dias melhores, de superar as dificuldades e os reveses da vida, utilizando a inteligência.

O homem das cavernas, como o próprio nome diz, procurava se abrigar nas fendas e cavidades das montanhas como forma de se defender das intempéries naturais. Ao utilizar o fogo, inaugurou uma nova era de conforto. Poderia cozer alimentos, aquecer-se do frio e forjar ferramentas, notadamente, com a descoberta dos metais. A invenção da escrita foi fundamental; a partir daí, pôde-se fazer registros sobre a vida, sobre os conhecimentos adquiridos e repassá-los às gerações posteriores.

Na infância da humanidade, o progresso foi lento e gradual. A impressão que se tem é que os avanços ocorreram em uma velocidade crescente ao longo da história. Antes de Jesus Cristo, importantes figuras já se eternizavam pelas descobertas e observações registradas. Pitágoras, no século VI a.C., estabeleceu conhecimentos básicos para o desenvolvimento da matemática e da filosofia. Ele possuía uma visão muito acima da média das pessoas de sua época. Já percebia o incrível progresso que seríamos capazes de alcançar, pois afirmava que a “evolução é lei da vida”.

No século seguinte, deparamo-nos com Sócrates, outro pensador grego. Ele ficou famoso pelo método que utilizava em seus ensinamentos, a maiêutica. Por meio desse método, ele valoriza a reflexão e a busca pelo conhecimento de si mesmo. Para Sócrates, o verdadeiro conhecimento tem de vir de dentro, de acordo com a consciência, não se pode obtê-lo “expremendo” os outros. Nesse sentido, a aprendizagem seria um processo interno, e tanto mais eficaz quanto maior o interesse de aprender.

Sócrates não valorizava a palavra escrita. Suas idéias foram registradas por seu discípulo, Platão. Inclusive, afirmam alguns estudiosos que em Platão teve origem a epistemologia. Ele opunha a crença ou opinião ao conhecimento. Em seus estudos, a crença é apresentada como um determinado ponto de vista subjetivo. O conhecimento é apresentado como crença verdadeira e justificada.

Logo após, no século IV a.C., como discípulo de Platão, viveu Aristóteles, o qual prestou inigualáveis contribuições ao pensamento humano, destacando-se nas seguintes áreas: ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado por muitos o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental.

É notória a versatilidade dos pensadores ao atuarem em várias áreas do conhecimento. Hoje, isto nos parece estranho. Mas, naquela época, o conhecimento era orgânico, não fragmentado, como hoje. As relações entre os vários elementos do universo eram naturalmente estabelecidas. Esta forma de construção do conhecimento humano se estende até início da Idade Moderna, quando o conhecimento humano se traslada da Grécia para Itália.

No século XV, Leonardo Da Vinci, considerado um dos maiores gênios da história da humanidade, também se eternizaria, desbravando o conhecimento em várias áreas. Era pintor, arquiteto, engenheiro, cientista e escultor. Ao presenciar uma autópsia, recolhia informações que seriam utilizadas na ciência, na pintura, na cultura e na engenharia. Aliás, todas estas áreas estavam intimamente interligadas, tanto no mundo material, como na sua decodificação.

Já, no século XVII, o conhecimento recebe um tratamento que desencadearia mudanças profundas na forma de ver o mundo e de fazer ciência. René Descartes propõe o método cartesiano, cuja característica marcante é a dúvida: só se pode dizer que existe aquilo que possa ser provado, sendo o ato de duvidar indubitável. O método consiste na realização de quatro tarefas básicas: **verificar** se existem evidências reais e indubitáveis acerca do fenômeno ou coisa estudada; **analisar**, ou seja, dividir ao máximo as coisas, em suas unidades de composição fundamentais, e estudar essas coisas mais simples que aparecem; **sintetizar**, ou seja, agrupar novamente as unidades estudadas em um todo verdadeiro; e **enumerar** todas as conclusões e princípios utilizados, a fim de manter a ordem do pensamento (WIKIPÉDIA, 2007).

A forte preferência por pesquisas experimentais não foi exclusividade de Descartes. Na mesma época, Copérnico, Kepler e Galileu revolucionaram a visão de mundo até então estabelecida com grandes descobertas no campo da astrologia. E, Bacon, por meio da metodologia científica e do empirismo, estabeleceria as bases da ciência moderna.

Resguardadas as críticas sobre a fragmentação do conhecimento proporcionada pelo método cartesiano, há que se ressaltar a grande contribuição que ele trouxe para a evolução da ciência, permanecendo, ainda hoje, como base da pesquisa e sua divulgação no meio acadêmico.

3 O conhecimento científico

Durante muito tempo, prevaleceu nas análises científicas a concepção positivista de conhecimento científico. Atualmente, este modelo ainda encontra-se bastante arraigado na sociedade. É a concepção que a maioria da população conhece. Chalmers (1981) afirma que, na concepção popular, o conhecimento científico é conhecimento comprovado, e as teorias científicas são derivadas de maneira rigorosa da obtenção dos dados da experiência adquiridos por observação e experimento. A ciência é baseada no que se pode ver, ouvir, tocar, etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência. A ciência é objetiva. O conhecimento científico é conhecimento confiável porque é conhecimento provado objetivamente (Chalmers, 1981, p. 23).

No entanto, no âmbito das Ciências Humanas: “Científico não é conhecimento comprovado, mas representa conhecimento que é provavelmente verdadeiro” (Chalmers, 1981, p. 41). Em outras palavras, o conhecimento não se trata de verdades inquestionáveis; as teorias são um eterno compor e recompor, haja vista a frequência com que são feitas novas descobertas. Logo, a necessidade de criticar, questionar as teorias vigentes de modo que novas possam emergir, resultando, assim, em mais desenvolvimento, descobertas e inovação.

Demo (1995) afirma que não existe objetividade ou neutralidade em ciência. A pregação da objetividade ou da neutralidade está pautada em ideologias sub-reptícias que perseguem acatamentos acríticos. E descreve a importância da pesquisa permeada pela objetivação, que significa processo construído, conquistado, que referencia a realidade assim

como ela é, ainda que nunca seja viável de todo. Assim, a razão da metodologia científica consiste no questionamento, na construção e reconstrução. A objetivação deve ser entendida então como o esforço e o processo interminável e necessário para atingir a realidade. Para Demo (1987: 72), “o processo de objetivação é o critério interno mais importante de cientificidade”.

Segundo Demo (1995), a ciência, muitas vezes, se apresentou como um fim em si mesma. Entretanto, afirma que somente pode ser científico o que for discutível, e que a ciência tem o compromisso iniludível de ser crítica e criativa. Calor e Santos (2004) elucidam que tratar a ciência como verdade absoluta, resultado do trabalho de cientistas geniais, desestimula o futuro pesquisador, desvinculando o ensino de ciência da própria ciência. Nesse sentido, a ciência deve ser vista como uma atividade passível de erros – fundamentais na construção do conhecimento – e desempenhada por pesquisadores atuantes em uma comunidade científica que faz parte do complexo de relações e interações da sociedade (Calor e Santos, 2004, p. 60).

Calor e Santos (2004) asseveram que o ensino da ciência é prejudicado, sobretudo, pela visão de que o conhecimento científico é um conjunto de invenções e descobertas profundas, herméticas e imutáveis, o que é reforçado por livros didáticos e pela mídia que se limitam a expor as idéias centrais das teorias e suas aplicações imediatas. Assim, Calor e Santos (2004) propõem que a ciência seja um processo dinâmico, sujeito a erros e vinculado ao contexto histórico, pois a contextualização histórica permite aos pesquisadores compreenderem que os cientistas não são trabalhadores solitários, fechados em laboratórios, e, sim, homens de um tempo, inseridos em um contexto social amplo e que recebem influências e influenciam outros pesquisadores e pessoas de sua época. Em outras palavras, uma pesquisa traduz a visão de mundo de quem a produz.

Na perspectiva de Demo (1995), a ciência é uma pretensão de conhecimento dentro de um processo infundável de busca e pesquisa; não existe a busca de um produto propriamente final. Para Calor e Santos (2004), a ciência é essencialmente transitória, pois a melhor teoria é a que melhor suporta as tentativas de refutação e a ciência se desenvolve por meio da relação indissociável entre hipóteses, confirmações e refutações. A atitude crítica assume centralidade, pois aprendemos com os erros. E a disseminação desta visão que se contrapõe à linearidade e à falta de contextualização histórica constitui-se como instrumento útil para a construção de pesquisadores críticos e reflexivos.

No que concerne às ciências, segundo Demo (1995), é inútil defender ferrenhamente teorias, porque, a rigor, elas não foram construídas para serem defendidas, mas para questionar e serem questionadas, o que atribui a elas o caráter de cientificidade.

A ciência não é, pois, a acumulação de resultados definitivos. É principalmente o questionamento inesgotável de uma realidade reconhecida também como inesgotável. Sobretudo, as ciências sociais são nesse sentido um corpo irrequieto, intranquilo, curioso. Seu charme está em não poderem ser frias, estáticas, neutras. Não conseguem apenas descrever problemas. Sempre também provocam a enfrentá-los. São muito mais um desafio ao homem do que a guarda de resultados obtidos e armazenados. Conseguem reinventar-se. Muitas vezes são azedas e impertinentes. No fundo são históricas, ou seja, irrequietas e criativas como a própria história. (Demo, 1987, p. 76)

A ciência assume, diante do exposto, o papel de instrumento eficaz destinado a promover o progresso por meio do permanente debate, do construir e reconstruir. É considerada uma fonte de indagação sobre a realidade, desvelando as aparências em busca da essência do conhecimento relativo ao objeto pesquisado.

Nesse sentido, a visão de uma ciência positiva, objetiva, neutra, a-histórica, cuja finalidade consiste na formulação de leis gerais sobre o funcionamento da natureza perdeu

forças. Na contemporaneidade, a maioria dos cientistas, segundo Mazzotti e Gewandszajder (1999), admitem que o conhecimento nunca é inteiramente objetivo, que os valores do cientista podem interferir no seu trabalho, que os conhecimentos gerados pela ciência não são infalíveis e que mesmo os critérios para distinguir o que é e o que não é ciência variam ao longo da história.

4 O ensino de metodologia científica

O estudo de metodologia científica é de fundamental importância para os alunos de graduação e se constitui como mecanismo de sustentação e orientação que os conduzirá durante todo curso e os acompanhará em estudos posteriores. Tais conteúdos instrumentalizam os alunos a desenvolverem trabalhos nas disciplinas integrantes da grade curricular do curso, em conformidade com as normas de um sistema coerente e reconhecido pela comunidade científica internacional. Além disso, possibilitam ao discente o acesso a diversas modalidades de técnicas para desenvolver trabalhos de caráter científico, como: resenhas, *papers*, artigos, trabalhos científicos, projetos de pesquisa, entre outros.

Em linhas gerais, o objetivo da referida disciplina consiste em apresentar aos alunos quais são os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que necessitam ser desenvolvidas para possibilitar ao educando de graduação utilizar as informações da literatura da área escolhida de forma crítica, responsável e construtiva. Além disso, a disciplina permite ao aluno desenvolver, eficientemente, atividades de iniciação à pesquisa, possibilitando a construção de conhecimentos que formem a base para o futuro pesquisador na pós-graduação.

Muitos alunos acreditam que o estudo de métodos científicos é importante apenas para aqueles que almejam percorrer uma trajetória acadêmica direcionada para estudos *strictu sensu*. Entretanto, segundo Demo (1996, p. 33), o conhecimento científico e, por conseguinte, a pesquisa, constitui importante instrumento para todos os estudantes, independente de sua opção profissional:

O desafio essencial da universidade e também da educação moderna é a pesquisa, definida como princípio científico e educativo. Na condição de princípio científico, pesquisa apresenta-se como a instrumentação teórico-metodológica para construir conhecimento. Como princípio educativo, pesquisa perfaz um dos esteios essenciais da educação emancipatória, que é o questionamento sistemático crítico e criativo.

Sob esta condição, depreende-se que a pesquisa, cujas técnicas são ensinadas na metodologia científica, rompe com a modalidade de ensino criticada por Freire (1987) como “bancária”, na qual o aluno recebe o conhecimento pronto e acabado, de forma mecânica, desprovido de raciocínio e criticidade. O autor é bastante enfático ao analisar a educação “bancária”. Segundo ele:

Não é de estranhar, pois, que nesta visão ‘bancária’ da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento. Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele, como sujeitos. (Freire, 1987, p. 34)

As palavras de Freire (1987) apontam a necessidade e o desafio de conferir ao discente o *status* de sujeito da educação. Nesse sentido, a pesquisa tem papel preponderante, pois o aluno se torna parte do processo de geração do conhecimento. No entanto, devemos reconhecer que a pesquisa não se trata do único e exclusivo meio para promover uma educação de qualidade, na perspectiva de Demo (1996):

O conhecimento científico, mesmo sendo o maior instrumento de inovação de que a sociedade dispõe, é apenas uma das maneiras de lidar com a realidade. (...) Não vai nisto nenhum elogio à ignorância, mas o reconhecimento de que a ciência não pode ser panacéia. (Demo, 1996, p. 21)

Nesse sentido, evidencia-se que a pesquisa é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem, mas não se trata do único instrumento eficaz, visto que a diversidade promove o desenvolvimento e engendra novas possibilidades. Assim, é preciso conceber a pesquisa como um instrumento eficiente, mas também reconhecer que não é o único disponível.

Na perspectiva de Saviani (1989), é necessário estabelecer uma distinção precisa entre ensino e pesquisa, pois se trata de atividades com objetivos diferentes. No ensino, a finalidade que se persegue é o desenvolvimento e o crescimento do aluno; na pesquisa, é o desenvolvimento do conhecimento.

Para Saviani (1989), o estudo envolve pesquisa, no sentido de perquirir, de buscar conhecimentos, buscar informações nas fontes apropriadas, buscar boas respostas para indagações. Para o autor, este aspecto da pesquisa está embutido no ensino, não se separa dele, há uma indissociabilidade entre ambos. “Podemos considerar que há uma pesquisa que é inerente ao ensino, isto é, a pesquisa decorrente do fato de que para ensinar também tenho que dominar o conhecimento que é o objeto do ensino”. (Saviani, 1989, p. 47).

Assim, depreende-se que o ensino da metodologia científica propicia a aprendizagem de importantes instrumentos que poderão colaborar e enriquecer a dinâmica das aulas, além de possibilitar aos alunos o contato com regras reconhecidas pela comunidade científica internacional.

5 A construção de um projeto de pesquisa

O propósito de uma pesquisa científica é investigar e problematizar o ambiente e as relações sociais, nas quais o sujeito (ou objeto de estudo) está inserido. No caso de investigações na área de Contabilidade, este sujeito (ou objeto de estudo) é representado pelas organizações e pelos profissionais que nelas trabalham.

O início da investigação científica nasce da curiosidade do cientista. Nesse sentido, segundo Beuren (2003), normalmente, o processo de pesquisa começa com questionamentos sobre determinado objeto, seguidos da elaboração de alguns pressupostos preliminares, a verificação dos fundamentos teóricos disponíveis, a metodologia aplicável e a operacionalização da pesquisa de campo, o que se consubstancia no projeto de pesquisa. Depois dessa etapa, inicia-se o trabalho de pesquisa, momento em que se faz o recorte teórico-empírico, a coleta, o tratamento e a análise dos dados, para confronto da pesquisa de campo com os fundamentos teóricos, a fim de evidenciar contribuição do estudo.

Assim, o projeto de pesquisa funciona como uma versão preliminar do trabalho que será realizado. Assume o papel de guia das etapas a serem seguidas pelo pesquisador. Dito de outra forma, o projeto refere-se ao documento que apresenta as ações a serem desenvolvidas ao longo da pesquisa. As várias etapas metodológicas que compõem a elaboração de um projeto de pesquisa serão analisadas a seguir.

5.1 Escolha do assunto

A escolha da temática a ser pesquisada é o ponto inicial da pesquisa. Esta definição nem sempre é uma tarefa fácil, pois há um universo de temas a serem estudados, e isto, de certa forma, pode levar o pesquisador à indecisão e à angústia. Assim, para que haja uma escolha adequada, alguns aspectos precisam ser observados. Deve-se procurar assuntos que possam trazer alguma contribuição objetiva ao esclarecer melhor um problema, ao corrigir

uma falsa interpretação, ao esclarecer aspectos até então obscuros, ao aprimorar a definição de um conceito ambíguo, ao promover o aprofundamento sobre um tema relevante pelo seu conteúdo e pela atualidade. (RUIZ, 1996, p. 60, citado por BEUREN, 2003, p. 49).

Além de escolher criteriosamente o assunto, deve-se avaliar a amplitude do tema. É comum entre os iniciantes a escolha de um assunto muito amplo, o que pode dificultar o andamento da pesquisa, principalmente, nas reflexões finais. É preciso escolher uma problemática específica, bem delimitada e pontual, que possa ser pesquisada. São exemplos de temas em contabilidade: Auditoria; Contabilidade Tributária; Contabilidade Societária; Contabilidade de Custos; Contabilidade Gerencial; Contabilidade Pública; Teoria da Contabilidade.

Para a escolha do assunto-tema a ser pesquisado, é necessário observar também que sempre é mais fácil e prazeroso trabalhar com um assunto que seja interessante ao pesquisador, e com o qual o mesmo tenha alguma vivência ou experiência adquirida (principalmente, quando nos referimos ao profissional que já atua na sua área de formação). Nesse sentido, a primeira regra para a escolha do tema é bastante simples: o pesquisador deve escolher um tema do qual goste. O trabalho de pesquisa é árduo e, às vezes, cansativo. Assim, se o pesquisador tiver simpatia ou familiaridade com o tema, será mais fácil conseguir o empenho e a dedicação necessários para a efetiva conclusão do trabalho.

Normalmente, as fontes de escolha para temas de estudo podem emergir da vivência diária, tais como, questões polêmicas, reflexões, leituras, conversações, debates, discussões, vivenciadas pelo aluno (pesquisador) tanto na vida profissional (se já a possui), quanto na vida acadêmica propriamente dita.

5.2 Delimitação do tema

A segunda etapa na elaboração de um trabalho científico é a delimitação do tema. Delimitar significa impor limites, determinar a profundidade, abrangência e extensão do assunto pesquisado. Deve-se escolher temas menos abrangentes para que possam ser esgotados pela pesquisa.

Nesse sentido, a experiência prática ou científica do pesquisador, suas tendências e preferências, o tempo disponível e os recursos materiais, a relevância do tema e a facilidade em explorá-lo, são fatores essenciais na delimitação do tema. Deve ser observado também o grau de conhecimento do pesquisador, principalmente, do iniciante, para que não haja dificuldades posteriores de conclusão no final da pesquisa. Desta forma, é importante uma leitura preliminar sobre o assunto, uma vez que não se pode delimitar o que não se conhece. A leitura de livros, revistas científicas e técnicas, anais de congressos, teses, dissertações, publicações em meios eletrônicos pode contribuir, sobremaneira, para uma melhor delimitação do tema. Revistas e anais de eventos científicos podem ser importantes fontes de indicação sobre a oportunidade e relevância de se investigar determinado problema, principalmente, por abordarem temas, muitas vezes, polêmicos, controversos e atuais (BEUREN, 2003, p. 50-51).

5.3 Identificação do problema

A pesquisa propriamente dita inicia-se com a problematização do tema. O problema consiste em indagações e dificuldades teóricas que necessitam de uma pesquisa para serem respondidas. “Formular o problema implica determinar com precisão o objetivo central da investigação” de forma a torná-lo inconfundível, individualizado, específico e, portanto, perfeitamente limitado. (BEUREN, 2003, p.52). Esse processo ocorre por meio da reflexão sobre as leituras, os debates, as experiências acadêmicas e profissionais.

Segundo Gil (2002, p. 26-29), algumas regras devem ser observadas para a elaboração de problemas:

- a) O problema deve ser formulado como pergunta: Esta é a maneira mais fácil de formular um problema. Facilita sua identificação por parte de quem consulta o projeto e indica com clareza o direcionamento que será dado à pesquisa, pois a resposta ao problema somente aparecerá após a conclusão da pesquisa.
- b) O problema deve ser claro e preciso: Um problema, para ser solucionado, precisa ter clareza e precisão. Por exemplo, o problema: “Como funciona a mente?” não pode ser resolvido, porque não está claro a que se refere. Não se sabe quais aspectos do funcionamento da mente se deseja conhecer.
- c) O problema deve ser empírico: Os problemas científicos não devem focalizar valores, julgamentos morais e considerações subjetivas. Para ser considerado científico, um problema deve envolver variáveis que possam ser testadas. Exemplo de um problema com juízo de valores: “A mulher deve realizar estudos universitários?”.
- d) O problema deve ser suscetível de solução: Além dos atributos acima mencionados, é necessária a presença de dados empíricos para solução do problema. Do contrário, será melhor proceder a uma investigação acerca das técnicas de pesquisa necessárias.
- e) O problema deve ser delimitado a uma dimensão viável: É importante que o pesquisador delimite o problema, pois dentro de uma área de investigação existem inúmeros fatores que conduzem ao problema, e cada um deles poderá dar ensejo a uma pesquisa. A partir da delimitação, o pesquisador dará o enfoque ao que realmente lhe interessa.

Na formulação do problema, além de estruturar a pergunta de forma clara, deve-se evitar o uso de termos da linguagem cotidiana, por apresentarem ambigüidade. Além disso, Martins (2000, p. 22) preconiza que as pesquisas científicas devem evitar “problemas de engenharia”, ou seja, questões que buscam respostas ao “como fazer”.

5.4 Objetivos

Os objetivos indicam, de forma clara, quais são os propósitos do estudo e quais os passos serão percorridos para o alcance desses propósitos. Em outras palavras, referem-se aos resultados que se almeja alcançar por meio da investigação.

De acordo com a abrangência, os objetivos são classificados em gerais e específicos. O objetivo geral consiste numa visão global do tema; define, de forma ampla, o que se pretende alcançar com a execução do projeto. Em geral, é constituído de uma frase ou parágrafo. Sugere-se a utilização de verbos no infinitivo para a descrição dos objetivos. Os objetivos específicos são desdobramentos do objetivo geral em questões específicas, ou seja, são ações intermediárias para alcance do objetivo geral, possibilitando menor risco de fugas por parte do pesquisador. Cada um dos objetivos específicos poderá ser uma parte distinta da futura redação do texto a ser produzido.

Assim, recomenda-se mapear os componentes importantes do problema, transformá-los em objetivos específicos, verificar se os mesmos são suficientes para atender ao que requer o objetivo geral e, finalmente, organizá-los na seqüência lógica do texto a ser construído.

5.5 Justificativa

A justificativa consiste em explicar por que a pesquisa proposta deve ser realizada. Nesta parte, deve-se apresentar as razões pessoais e, principalmente, aquelas baseadas na relevância social e científica da pesquisa para a área do conhecimento científico, à qual o trabalho está vinculado, com criatividade e capacidade de convencer o leitor sobre a importância do tema.

É importante também destacar o estágio em que se encontra a teoria relativa ao tema, as contribuições teóricas que a pesquisa pode trazer e a importância do tema do ponto de vista geral e para os casos particulares em questão.

5.6 Hipóteses

A hipótese consiste em oferecer, antecipadamente, uma solução provisória ao problema proposto; é uma proposição que o resultado da pesquisa evidenciará ser verdadeira ou falsa. A existência de uma hipótese torna mais claro aonde o pesquisador deseja chegar, funcionando como um guia para a pesquisa. É mais comum que o pesquisador comprove sua hipótese. Contudo, mesmo sendo refutada a hipótese, a pesquisa não deixa de ser uma fonte de conhecimentos sobre o problema estudado.

Gil (2002, p. 31) classifica as hipóteses em quatro tipos: hipótese casuística; hipótese que se refere à frequência de acontecimentos; hipótese que estabelece relação entre variáveis; e hipótese que estabelece relação de dependência entre duas ou mais variáveis.

a) Hipóteses casuísticas: são aquelas que se referem a algo que ocorre em um caso específico. Por exemplo, pode-se, como fez Freud, formular a hipótese de que Moisés era egípcio e não judeu. Ou, então, a de que Cristóvão Colombo nasceu em Portugal e não em Gênova. Assim, um aspecto característico deste tipo de hipótese é a não repetição, por tratar-se de um caso único.

b) Hipóteses que se referem à frequência de acontecimentos: neste tipo de hipótese, o pesquisador antecipa a intensidade de determinada característica em um grupo, sociedade ou cultura. Exemplo: Pode-se afirmar que é elevado o número de alunos de determinada escola que tocam algum instrumento musical. Outro exemplo: O hábito da leitura da legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física é intenso entre os profissionais da área contábil.

c) Hipóteses que estabelecem relações entre variáveis: Na construção de hipóteses, é bastante usado o termo variável. O conceito de variável envolve tudo aquilo que pode assumir diferentes valores ou diferentes aspectos, segundo os casos particulares ou as circunstâncias (Gil, 2002, p. 32). Portanto, idade, estatura, peso, temperatura são variáveis, pois podem assumir diferentes valores. Da mesma forma, classe social também é uma variável, pois pode assumir diferentes categorias: alta, média e baixa.

Neste grupo se enquadram as hipóteses que apresentam algum tipo de associação entre as variáveis, mas nada estabelecem em termos de causalidade, dependência ou influência. Por exemplo: alunos do curso de Administração são mais conservadores do que os de Ciências Sociais. As variáveis são: curso e conservadorismo.

d) Hipóteses que estabelecem relações de dependência entre duas ou mais variáveis: Quando são estabelecidas hipóteses em que uma variável interfere no comportamento de outra, surge o conceito de variável independente (causa) e variável dependente (efeito). Como exemplo desse tipo de hipótese, tem-se: a classe social da mãe influencia no tempo de amamentação dos filhos. Neste caso: Variável independente: classe social (x); variável dependente: (y) tempo de

amamentação. No entanto, o pesquisador deve ficar atento, pois inúmeras questões (variáveis) podem influenciar a ocorrência de determinado fenômeno.

Na pesquisa, a hipótese passa por dois momentos importantes: a sua correta construção e seu teste. Chega-se à construção de hipóteses pela observação de fatos que fornecem indícios para a solução dos problemas propostos e pelo resultado de outras pesquisas similares e pela intuição, embora, neste último caso, não se possa avaliar a qualidade antecipada da hipótese. O teste da hipótese é uma etapa posterior ao projeto, na qual é bastante comum o uso de ferramentas estatísticas.

É importante lembrar que em estudos em que o objetivo é descrever determinado fenômeno ou as características de um grupo, as hipóteses, geralmente, não são explicitadas. No entanto, “em pesquisas que têm como objetivo verificar relações de associação ou dependência entre variáveis, o enunciado claro e preciso das hipóteses constitui requisito formal” (GIL, 2002, p. 39).

5.7 Metodologia

A classificação de pesquisas não tem sido um assunto unânime entre os autores de metodologia. No entanto, as classificações mais comuns são aquelas com base nos objetivos, nos procedimentos técnicos utilizados e quanto à abordagem do problema.

a) Quanto aos objetivos: nesta classificação, as pesquisas são divididas em três grupos: exploratórias, descritivas e explicativas. Portanto, o que vai determinar a classificação em um ou em outro grupo serão os objetivos do estudo que está sendo realizado.

- **Pesquisas exploratórias:** são aquelas realizadas quando o tema ainda é pouco conhecido (explorado). Têm o objetivo de proporcionar maior familiaridade ao problema, para torná-lo mais explícito ou levantar hipóteses. Em grande parte dos casos, tais pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (SELLTIZ et al., 1967, p. 63). Geralmente, as pesquisas exploratórias assumem a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso.
- **Pesquisas descritivas:** têm como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis. A coleta de dados nesse tipo de pesquisa possui técnicas padronizadas, como o questionário e a observação sistemática. Geralmente, assumem a forma de levantamentos.
- **Pesquisas explicativas:** constituem o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois problematiza a razão, o porquê das coisas. Com base nisso, Gil (2002, p. 42), afirma que “o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos”. Com essa afirmativa, não se pode invalidar as pesquisas exploratórias e descritivas, o que, na maioria das vezes, é a etapa prévia para obter explicações científicas.

b) Quanto à abordagem do problema: esta classificação se refere à tipologia da pesquisas. Destacam-se as pesquisas qualitativas e quantitativas.

- **Pesquisa qualitativa:** são marcadas pela ausência de instrumentos estatísticos na análise do problema. Neste tipo de pesquisa, procura-se conhecer a natureza de determinado fenômeno, de forma mais profunda, por meio da análise da

interação de certas variáveis, compreensão e classificação de processos dinâmicos vividos por grupos sociais, bem como pelo entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

- O uso da abordagem qualitativa é bastante comum na contabilidade. Embora a área contábil esteja intensamente associada a números, a contabilidade se enquadra no campo das ciências sociais aplicadas, ao contrário do que muitos pensam. Como exemplo, pode-se pesquisar sobre a análise dos reflexos da utilização dos demonstrativos contábeis no processo de gestão de uma entidade sem fins lucrativos.
- **Pesquisa quantitativa:** como o próprio nome diz, as pesquisas quantitativas se caracterizam pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta, quanto no tratamento dos dados. Este procedimento perde em termos de profundidade, quando comparado ao anterior, mas ganha em termos de amplitude. Assim, a abordagem quantitativa é frequentemente utilizada em estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causalidade entre os fenômenos.

c) Quanto aos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados: esta classificação se refere ao momento de delinear a pesquisa, ou seja, planejá-la quanto aos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados. Entre outros aspectos, o delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados e as formas de controle das variáveis. Gil (2002, p. 43) classifica as pesquisas em: bibliográfica, documental, experimental, *ex-post facto*, levantamento, estudo de caso, pesquisa-ação e pesquisa participante. Embora existam outras, serão abordadas apenas essas modalidades por serem as mais utilizadas.

- **Pesquisas bibliográficas:** objetivam explicar um problema com base em contribuições teóricas já publicadas em outras obras (livros, revistas, jornais, teses, dissertações, etc.). Podem ser desenvolvidas exclusivamente por meio de fontes bibliográficas, ou apenas como parte de pesquisas descritivas e experimentais.
- **Pesquisas documentais:** diferem das pesquisas bibliográficas por utilizarem materiais que ainda não receberam tratamento analítico. São documentos de “primeira mão”, ou que podem ser reelaborados, e encontram-se conservados no interior de órgãos públicos e privados, como: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, videoteipe, diários, cartas pessoais, etc. A pesquisa documental é bastante utilizada em abordagens históricas.
- **Pesquisas experimentais:** constituem o delineamento mais prestigiado no meio científico. Consistem basicamente em determinar um objeto de estudo, seleção das variáveis capazes de influenciá-lo e definição das formas de controle e observação dos efeitos que a variável produz no objeto. Trata-se, portanto, de uma pesquisa em que o pesquisador é um agente ativo, e não um observador passivo. As pesquisas de laboratórios são os exemplos mais comuns.
- Considerações éticas e humanas impedem que a experimentação se faça eficientemente nas ciências humanas, razão pela qual os procedimentos experimentais se mostram adequados apenas a um reduzido número de situações. Não se pode, por exemplo, submeter pessoas a atividades estressantes com vistas a verificar alterações em sua saúde física ou mental. Ou

privá-las de convívio social para verificar em que medida esse fator é capaz de afetar sua auto-estima.

- **Pesquisas *ex-post facto*:** segundo Gil (2002, p. 49) “A tradução literal da expressão *ex-post facto* é ‘a partir do fato passado’. Isso significa que neste tipo de pesquisa o estudo foi realizado após a ocorrência de *variações* na *variável* dependente no curso natural dos acontecimentos”. É o experimento realizado após a ocorrência dos fatos, portanto, diferente das pesquisas experimentais, pois o pesquisador não possui controle das variáveis. “É bastante usada no campo das ciências sociais aplicadas (contabilidade, economia, administração, direito), pois permite a consideração dos fatores históricos que são fundamentais para a compreensão das estruturas sociais”. (SILVA, 2003, p. 62).
- **Levantamentos:** estas pesquisas se caracterizam “pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas [amostra] acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa [através de técnicas estatísticas], obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados” (Gil, 2002, p. 30). As conclusões acerca do grupo estudado são generalizadas para toda a população, mediante uma margem de erro pré-estabelecida. Quando o levantamento recolhe informações de todos os elementos, tem-se um senso. As pesquisas de levantamento, geralmente, são mais utilizadas em estudos descritivos, cujos resultados não demandam exigência de aprofundar o problema de pesquisa.
- **Estudo de caso:** este tipo de pesquisa é bastante utilizado em ciências biomédicas e sociais e consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (GIL, 2002, p. 54). Este tipo de pesquisa é ideal para estudo de fenômenos contemporâneos dentro seus contextos, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos. É utilizada para desenvolver entrevistas estruturadas ou não, questionários, observações de fatos, análise documental. O objeto a ser pesquisado pode ser o indivíduo, a empresa, uma atividade, ou até mesmo uma situação. Os principais propósitos de uso do estudo de caso são: explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; preservar o caráter unitário do objeto estudado; descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; formular hipóteses ou desenvolver teorias; e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitaram a utilização de levantamentos e experimentos. Entre as desvantagens do estudo de caso, estão relacionadas: a falta de rigor metodológico, pois os procedimentos não são claramente definidos, possibilitando vieses no estudo, e a dificuldade de generalização, por se tratar de um ou poucos casos.
- **Pesquisa-ação:** é um tipo de delineamento empírico com vistas à “solução de um problema coletivo, em que os pesquisadores e participantes da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. (SILVA, 2003, p. 64). Pode ser aplicada a diversos campos, como contabilidade, educação, economia, administração e serviço social.
- **Pesquisa participante:** assim como a pesquisa-ação, a pesquisa participante é marcada pela interação entre pesquisadores e membros da situação investigada.

No entanto, o que diferencia as duas abordagens é o fato de não ser exigida uma ação por parte das pessoas ou grupos envolvidos na pesquisa participante. Nesse tipo de pesquisa, busca-se a plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade, com o objetivo de promover a participação social para o benefício dos participantes. Nas ciências sociais, notadamente na Contabilidade, também se usa a pesquisa participante. Isto ocorre quando há grande envolvimento do pesquisador no assunto que está sendo estudado.

3.8 Cronograma

A elaboração do cronograma é feita dividindo-se a pesquisa em partes e fazendo a previsão de tempo necessário para passar de uma etapa a outra. Não se pode esquecer que, se determinadas partes da pesquisa podem ser executadas simultaneamente, existem outras que dependem das anteriores, como é o caso da análise e interpretação, cuja realização depende da codificação e tabulação, só possíveis depois de colhidos os dados.

Os passos delineados nas seções anteriores representam as etapas para a realização de uma pesquisa nas várias áreas do conhecimento, inclusive, na contabilidade. Entretanto, vale ressaltar que tais etapas não são rígidas e que, para serem definidas, devem ser observadas as condições específicas de cada estudo. Assim, dependendo do tipo de pesquisa, do objeto a ser pesquisado e dos instrumentos a serem utilizados, alguns itens podem ser supridos ou acrescentados.

Com relação à formatação do trabalho, deve ser observadas as normas específicas de cada instituição e as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Além disso, é importante fazer uma revisão gramatical antes de submeter o trabalho a uma avaliação.

6 Considerações finais

O início da construção do conhecimento humano se perde na história do próprio homem. A evolução é permanente, a verdade se renova a cada dia. Hoje, este processo acontece ainda mais rapidamente do que antes. A própria busca pela verdade acaba por estabelecer métodos e técnicas que visam proteger as pesquisas sérias e diferenciá-las daquelas desprovidas do rigor científico.

Nos cursos de graduação, os alunos se deparam com os conceitos científicos e são iniciados nas atividades de pesquisa e investigação. Por meio da disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa (em algumas instituições este nome pode ser diferente), os discentes são levados a percorrerem o processo e os requisitos formais de elaboração de um projeto de pesquisa e sua execução.

Entre as partes integrantes dos projetos de pesquisas se destacam: a escolha do assunto; a delimitação do tema; a identificação do problema; a determinação dos objetivos gerais e específicos; as justificativas para realização da pesquisa; as hipóteses de resultado da pesquisa; a metodologia adotada para realização da pesquisa; e o cronograma de execução. Todas são etapas importantes, mas, dependendo do tipo de pesquisa, algumas delas podem ser agrupadas ou suprimidas. Em outros casos podem surgir novas etapas.

A importância da pesquisa tem sido, atualmente, bastante reconhecida no meio acadêmico. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao definir a avaliação das Instituições de Ensino Superior (IES) com base no conhecimento produzido, acaba por provocar uma reação em cadeia em termos de procedimentos. As IES, ao serem avaliadas por determinado critério, repassam tal orientação para o corpo docente.

Estes, por sua vez, também são avaliados, e tendem a reorientar suas posturas dentro e fora de sala de aula no sentido de valorizarem a pesquisa. Esta forma de avaliação, resguardadas suas limitações, tem também seus méritos. O principal deles é fortalecer a cultura de pesquisa nas IES, contribuindo para a ampliação do acervo de conhecimentos da humanidade.

Além disso, a pesquisa também se consubstancia em método pedagógico. Nas palavras de Demo: “Professor é quem, tendo conquistado espaço acadêmico próprio por meio da produção, tem condições e bagagem para transmitir via ensino. Não se atribui a função de professor a alguém que não é basicamente pesquisador”. Assim, é importante que o professor conheça com propriedade aquilo que ensina. De outro modo, o ensino se constituirá em mera reprodução do passado.

Muito embora a pesquisa venha assumindo a importância que merece na academia, ainda não está ao alcance de muitos estudantes, pois a produção científica de áreas, como Ciências Contábeis, ainda tem longo caminho a percorrer. É necessário que se tome consciência tais cursos, por muito tempo, utilizaram o método de ensino no qual o aluno era o sujeito passivo da relação ensino-aprendizagem. Esse caminho precisa ser revisto, pois os futuros profissionais da área não devem possuir um conhecimento restrito e reprodutor, mas sim uma formação ampla, construtora e com capacidade de investigação. É preciso que se desenvolva na área o espírito científico por meio do estímulo à pesquisa, de forma inovadora, crítica e criativa, com vistas a produzir, desenvolver e buscar novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Israel Belo de. *O Prazer da Produção Científica*. 4º ed. Editora Unimep: São Paulo, 1996.

BEUREN Ilse Maria (Org.) **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003. 189p.

CALOR e SANTOS. *Ciência Hoje* – Revista de Divulgação Científica da SBPC / Vol. 35 – Nº 210 / Novembro de 2004.

CAPES/MEC. *Relação dos Cursos Recomendados e Reconhecidos*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/ProgramasReconhecidos.htm>>. Acesso em: 26.abr.2006.

CHALMERS, A. F. *O Que é Ciências Afinal?* Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 23-45.

DEMO, Pedro. *Pesquisa e Construção de Conhecimento – Metodologia Científica no Caminho de Habermas*. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1995.

DEMO, Pedro. *Introdução a Metodologia da Ciência*. Editora Atlas S.A: São Paulo, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 159p.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. 116p.

MAZZOTTI, A. J. e GEWANDSZNAJDER, F. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais – Pesquisa Quantitativa e Qualitativa*. São Paulo: Editora Thomson, 1999.

SAVIANI, Dermerval. **Sobre a Concepção de Politécnica**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SELLTIZ, Clarie et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada a contabilidade: orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2003. 181p.

SILVA, Ângela Maria.; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas; FREITAS, Nara Eugênia. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses**. 2ª ed. Uberlândia-MG: EDUFU, 2002. 159p.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ren%C3%A9_Descartes&oldid=6546302>.

Acesso em: 28 Jun 2007